

Ao décimo nono dia do mês de agosto de 2021, ocorreu virtualmente, pela plataforma Zoom, a 79ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (APAMLN), em que foi apresentada como item de pauta, a criação de um Parque Marinho no entorno do Parque Estadual Ilha Anchieta (PEIA). Estavam presentes representantes da Fundação Florestal (FF), conselheiros da APAMLN e interessados no assunto, uma vez que as reuniões deste referido conselho são abertas à sociedade. A lista de presença foi gerada na reunião pelo secretariado da APAMLN. A reunião teve início às 16:00. Priscila inicia a apresentação para contextualizar a proposta. Os presentes fizeram suas manifestações ora via chat, ora pedindo a fala. Santiago (Fórum das Comunidades Tradicionais) pede a fala e diz que os povos tradicionais tem um entendimento de uma questão bem delicada, que é o Plano de Manejo da APAMLN. Diz que não são contra a criação do parque, mas que não há garantia institucional de que será cumprido o que foi acordado no Plano de Manejo, já que não tem previsão de aprovação do mesmo. Reforça que não existe uma garantia. Diz que quando fala de turismo de base comunitária (TBC), as questões tem que ser muito bem amarradas e exemplifica mencionando o seu Joel. Completa dizendo que não viram ainda a minuta do decreto, e que por isso ainda não tem a garantia de respeitar os acordos. Pergunta sobre as alternativas para que os outros setores não sejam prejudicados, como por exemplo a maricultura. Questiona como vai ser feito o Plano de Manejo, se igual o da APAMLN. Reforça que querem garantias e diz que a fiscalização e a Polícia Ambiental precisam dos Planos de Manejo para atuar sobre os acordos. Rodrigo Vitor (FF) diz que a respeito do plano de manejo da APAMLN, estamos falando da mesma instituição e território, e que as coisas estão associadas. Explica que, na linha do tempo, tentou-se implementar uma estratégia em que as coisas se casassem e que a FF não tem governabilidade completa como instituição no andamento do plano de manejo. Diz que não seria bom condicionar as coisas e não deixar avançar a agenda de criação de unidade de conservação (UC). Explica que estamos, no Brasil, com uma agenda parada de criação de UC, senão regredindo. Diz que o Parque é uma das áreas mais maduras para a criação de UC, e que a FF vai aproveitar esta oportunidade. Reforça que não é um processo que tirou-se da cartola, que já vem sendo colocado em pauta faz tempo. Expõe que o plano de manejo do Parque será tão participativo quanto o da APAMLN e que os debates irão se converter em propostas práticas para a gestão do parque. Diz que as diretrizes de gestão estão publicadas no relatório técnico e configuram um compromisso da FF, inclusive com as comunidades tradicionais. Explica que a zona de amortecimento (ZA) é um processo posterior, que exige muito debate, mas que a tendência é que se acolha o regramento da APAMLN na ZA. Diz que a audiência pública não é a última instância de debate, e que muitos dos públicos os quais a FF não tem oportunidade de dialogar, tomam conhecimento do debate na audiência pública. Reforça que as reuniões setoriais são mais importantes. Expõe que a FF não trouxe o decreto, pois este está sendo consolidado. Reforça que o decreto não é plano de manejo e que não entra em minúcias de gestão. Diz que o ato tendente entrará no decreto e que isso é uma garantia. Finaliza dizendo que pode ser que a procuradoria mude o texto por questões jurídicas e que, por isso, não trouxeram para se discutir o texto. Pelo chat, Lucas da AMESP expõe “gostaria de saber como esse projeto pode contemplar os Maricultores de Ubatuba, uma vez que a atividade foi desconsiderada no projeto exposto. Considerando a carência das manutenções ecossistêmicas.”. No chat, Alexander Turra (Instituto Oceanográfico) diz “Parabéns pela condução à FF e em nome do Rodrigo e da Priscilla parabenizar a todos que contribuíram.”. Priscila

responde que a maricultura, UCs de proteção integral não permitem. Diz que como pode ser contemplado é por pesquisa e que estas seguem um rito, que os projetos seguem este procedimento e passam por aprovação. Diz que os programas em si, podem contemplar, como o TBC, desde que não se relacionando com uma instalação na área do parque, mas que tem roteiros que possam ser integrados para a área, se assim for da vontade de vocês. Pelo chat, Lucila Pinsard diz “Priscila, por favor colocar aqui link da audiência e da inscrição para a mesma”. Alexandre (IBAMA Caraguatatuba), pelo chat, diz “Mas, só pra entender, ali é uma área de proibição. Então, pelo que ouvi, estariam “facilitando” as coisas com a criação, não?”. Mara Ester Marchetti de Souza, pelo chat, “Olá, assim como Santiago não vejo garantias, e , gostaria que fosse explicado da necessidade se se criar um parque no entorno da Ilha que está inserida na APA. Houve publicidade e transparência na divulgação?”. Wagner (CG APA), pelo chat, “Acho que criar um parque onde já é um parque não tem sentido nenhum ninguém ganha com isso. Precisa ter muita transparência nesta condução.”. Lucas (AMESP), pelo chat, “A contra partida do projeto ao meu ver não possui substâncias que beneficiam diretamente a comunidade.”. Um integrante não identificado, no chat, pergunta “Esse parque terá um novo gestor?”. Marcio (APAMLN), pelo chat, responde “Oi Wagner. Boa sua colocação. Ali é APA e não é parque ok”. Wagner (CG APA), pelo chat, “Sei que é APA e não parque mas dá as mesmas atribuições de um parque.”. Santiago (FCT/AARCCA), pelo chat, “Mas é Unidade conservação tbm a APA, um outro modelo de UC e elas vão se sobrepor de toda forma”. Deborah Prado (UNIFESP/Projeto PactoMar), pelo chat, “Apenas como comentário, apesar das reuniões setoriais serem importantes para que cada segmento coloque suas questões e demandas particulares, a audiência pública se faz relevante justamente para que os diferentes grupos sociais se reconheçam e unam esforços coletivamente para garantia de uma participação ainda mais qualificada no processo de uma criação de UC. A compreensão de que é importante se preparar para uma audiência pública (e ter tempo suficiente para isso) é uma grande conquista democrática e não pode passar despercebida.”. Henrique Kefalás, pelo chat, “O tal roteiro metodológico da FF pra elaborar planos de manejo é pouco participativo. No caso do plano de manejo da APAMLN, o processo só foi participativo de fato pq o CG exigiu isso e fez com o que o processo fosse muito além do que estava previsto no roteiro metodológico, com reuniões setoriais e muitos outros momentos de participação. Dizer que irão seguir o roteiro é muito aquém do que se espera em termos de participação. Se o processo já nasce pouco participativo, são apenas palavras ao vento dizer que agora terá participação efetiva. A FF dispõe de recursos humanos para formar uma nova equipe de gestão de um novo parque? A gente acompanha e vê que o estado de SP tem reduzido os institutos públicos existentes, as UCs não tem recurso sequer para ir a campo. A ideia de que criar mais uma UC de PI trará mais recursos é uma falácia. Basta ver a situação da gestão das UCs existentes. Neste sentido, não seria melhor então ampliar o PEIA? Já tem gestora, já tem equipe, aumentaria a área a ser gerida. Ainda, pq não se operacionaliza o mosaico de áreas marinhas protegidas? Não é ali o espaço pra integrar as UCs que já existem e alcançar resultados concretos de conservação?”. Santiago (FCT/AARCCA), pelo chat, “Audiência Pública tem sua importância real, é mais um instrumento, porém não supre ainda questões como a Consulta Livre, Prévia e Informada da Convenção 169 da OIT. A área em questão já tem a garantia de proteção integral pela sudepe/83 e é área da APAMLN que deve ser instrumentalizada para efetivar ações, programas, projetos ali. É também uma ZPGBIO no ordenamento do Plano de Manejo da APA”. Deborah Prado (UNIFESP/Projeto PactoMar), pelo chat, “Sem dúvida Santiago, todos os espaços de participação são relevantes e novos espaços ainda são necessários, além de tempo para

apropriação, para que de fato o processo possa ser entendido como participativo”. Chico (Almada), pede a fala e expõe a preocupação com o território e com a pesca. Diz que não temos a garantia da ZA e que há a preocupação dos pescadores. Diz que quando se discute depois, não se garante nada, que a PAMB não garante que você não seja multado. Diz que é muita informação, que o PM da APAMLN tem que caminhar, que está parado e que aí cria-se um parque sem PM e a PAMB vai fazer o trabalho de atuar e que não há garantia da FF. Diz que não tem amarração no estado para que garanta a pesca, que a PAMB independe disso. Expõe que não há respaldo e segurança do estado para que o pescador não seja multado e que querem poder ter acesso aos técnicos que escreveram o relatório, para que a gente possam debater com eles e entender. Priscila expõe que com uma UC de proteção integral, conseguimos trabalhar de forma mais cirúrgica os problemas de gestão, e que a APA é mais abrangente. Expõe que recebemos denúncias de pesca sub e poderemos ter mais recursos para coibir isso, que é notório também o aumento da presença de coral sol e que isso dará mais facilidade e governabilidade para lidar com todas essas questões. Rodrigo Vitor diz que sobre o acesso aos autores e pesquisadores há total possibilidade, que entrando em contato com a equipe técnica, esta pode encaminhar as dúvidas para os autores. Priscila menciona os autores presentes. Priscila expõe que o porquê de criar o parque já foi pontuado, que criar uma nova UC trará o fortalecimento da pauta de áreas marinhas protegidas, que isso é uma decisão institucional. Rodrigo Vitor expõe que processos participativos da FF e exigências do território são complementares. Diz que, conceitualmente é participativo, mas se a sociedade demanda mais, a FF irá fazer mais e que a sociedade tem que estar vigilante e cobrar do governo do estado. Ana Flávia diz que, reiterando a fala do Santiago, acha muito importante que primeiro se finalize o PM da APAMLN, que tivemos um processo muito desgastante e muito trabalho para criar isso. Reforça que tem problemas com o atendimento e a criação de uma UC de proteção integral se o PM não estiver publicado. Fala que o parque diz que tem como garantir isso, mas acha importante publicar o PM primeiro. Diz que as comunidades precisam de mais tempo, assim como foi com a APAMLN, com setoriais em mais locais, para se apropriar deste processo. Completa que a questão é o ato tendente, incluir a maricultura e os cercos flutuantes como educação ambiental e pesquisa, que temos que pensar em como mudar essa normativa. Questiona sobre o TBC e como vai ser colocado nesse parque. Diz que sobre o ordenamento, que haja cota de atuação para as comunidades tradicionais. Pergunta onde estão as comunidades, além do turismo de transporte de passageiros. Diz que temos que pensar como incluir efetivamente as comunidades tradicionais. Pontua que tem que refletir sobre criar mais uma UC e como isso poderá mesmo fortalecer as comunidades, que pode ser mais um instrumento de criminalização do pescador. Pergunta como garantir que não vai acontecer isso, se não for publicado o PM. Diz que a ZA tem que ser determinada antes e não posteriormente. Questiona como vão saber se não vai atingir mais cercos e comunidades. Rodrigo Vitor expõe que o parque é um instrumento jurídico mais forte do que uma portaria e que tem mais instrumentos de gestão. Jerri (Z10) diz que a APAMLN já está implantada e que fica temeroso e apreensivo com a ZA. Fala para aproveitar a APAMLN e fazer o PM, pois pela APAMLN já dá pra contemplar tudo isso. Diz que essa questão de ZA não está definida e pode ser uma pegadinha para depois. Diz que não vão dar um cheque em branco, que querem ser escutados e respeitados. Wagner expõe que já tem fiscalização e não há tanto problema de pesca ilegal, pois já tem as regras e as pessoas sabem. Ivan Martins (PactoMar/UNIFESP), no chat, “Gostaria de saber se esse existem dados quanto a efetividade do polígono da área de exclusão de pesca que tem mais de 30 anos de implementação. O relatório apresenta essa questão?

Existe dados que fundamentem a efetividade da exclusão de pesca em termos de benefícios ecossistêmicos e de transbordo de biomassa para favorecer a pesca no entorno?”. Eduardo Gigliotti (MAPEC), no chat, “A Maricultura tb pode ser um baita instrumento de Educação Ambiental e prestar uma grande contribuição ao Parque mostrando como podem ser produzidos alimentos saudáveis e nutritivos integrado ao meio ambiente. os gestores tb poderiam pensar nisso”. Santiago (FCT/AARCCA), no chat, “Outro grave problema é que o chamado "passivo" da FF não permite um grau de confiabilidade do território, (especialmente as comunidades tradicionais que sempre foram vítimas do racismo ambiental institucional do Estado, vide o caso da Jureia), em afirmações que não estejam documentadas.”. Mara Ester Marchetti de Souza, no chat, “Não respondeu a pergunta, fizeram reunião com as comunidades, associações, etc. reuniões presenciais? tem faixas nos principais pontos de acesso a Ilha convocando para reuniões? para audiência”. Ivan Martins (PactoMar/UNIFESP), no chat, “Priscila, dos 6 artigos que são citados na introdução (aspectos legais) e que fundamentam a efetividade biológica da área de exclusão de pesca, apenas 1 está nas referências do relatório. Faltam a referência das seguintes citações (Di Lorenzo et al 2016, Kerwarth et al 2013; Tomasi 2016, Tomasi et al 2021 e Neto et al 2019). Assim fica complicado para confirmar as informações que fundamentam justamente os aspectos legais que fundamentam a proposta de criação desta nova UC.” Ana Flavia Sallai, no chat, “o cerco e a maricultura são sustentáveis seria importante que fosse levado em conta e lutar e articular com a normativa para incluir essas duas atividades”. Henrique Kefalás, no chat, “Pra fazer uma analogia simples, a FF pegou fiado e nunca pagou. Agora quer pendurar na conta mais um item. Não dá mais. Paga uma parte da fatura - resolve o plano de manejo - pra voltar a ter alguma credibilidade na praça” Marcio Roberto, no chat, “Fundação não levou em consideração o esforço de um grupo que tanto trabalhou junto as comunidades deixando o plano de manejo parado. Não estou satisfeito.”. Ana Flavia Sallai, no chat, “tem que ser definida a área de amortecimento na criação do parque e não depois”. Lucas (AMESP), no chat, “Fica criado o Parque Estadual da Ilha Anchieta com a finalidade de assegurar a integral proteção aos recursos naturais, bem como para a instalação de laboratório com objetivos científicos, especialmente os destinados ao incentivo da maricultura. Só para reforçar”. Ana Flavia Sallai, no chat, “isso é um risco, se for feita depois. A impressão que eu tenho é que estão com muita pressa para aprovar, mas tem muitas questões que precisam estar claras. Já sofremos tanta repressão e criminalização, e não queremos mais, nascemos e crescemos, nossos territórios só estão preservados pelo nosso modo de vida, importante que levem em conta as nossas colocações. Só é importante que não tenha o achismo de pesca, quando os pescadores e pescadoras estejam de passagem, sabemos que isso vai trazer muitos problemas.” Marcio Roberto, no chat, “Gente uma vez aplicada a multa da fiscalização ali ninguém tira não cria se um grupo de empenho garantindo essas situações sabe. Não tem garantia”. Ana Flavia Sallai, no chat, “reitero o compromisso de finalizar o plano de manejo, que está parado”. Ivan Martins (PactoMar/UNIFESP), no chat, acerca da disponibilização das referências faltantes, “Obrigado Priscila, mas dessa lista apenas um é artigo científico publicado. O Tomasi ainda não foi aceito e os demais são resumos de congresso. Isso é cientificamente fraco para fundamentar algo tão importante”. Henrique Kefalás, no chat, “Quanto a proposta do parque marinho está vinculada com a permissão de uso proposta para a Ilha Anchieta? A ideia é que as atividades que acontecem no ambiente marinho estejam inseridas também no pacote de serviços a serem permissionados na Ilha Anchieta? A Ilha Anchieta foi criada antes da APA. A Revis Alcatrazes é fora da área da APA. Incrível o desconhecimento sobre a existência das UCs q tem no território”. Priscila Saviolo responde no chat “Não Henrique. A retomada da proposta foi

pontuada por conselheiros no CC do PEIA e no CONSEMA, além da própria gestão do PEIA”. Ana Flavia Sallai, no chat, “muitas comunidades vão ficar de fora dessa audiência, alguns não possuem celular e nem acesso a Internet”. Mara Ester Marchetti de Souza, no chat, “Esclarecendo: durante a reunião conversei com moradores e empresários do Saco da Ribeira e sequer sabem da criação do parque, motivo pelo qual reiterarei a pergunta.” Eduardo Gonçalves Ueda, no chat, “precisa prover infraestrutura mínima: colocar internet banda larga nas comunidades, providenciar computador, etc.”. Ana Flavia Sallai, no chat, “vou ver a demanda que estão me procurando e passo pra vocês. Até importante para a compreensão do território devemos finalizar o plano de manejo”. Marcio Roberto, no chat, “plano de manejo fechado de acordo com território burocrático de discussão”. Ana Flavia Sallai, no chat, “Não somos contra unidade de conservação e sim da maneira que está sendo feita” Felipe Postuma, no chat, “Acho que deveria publicar o PM da APAMLN antes da criação de outra UC no território”. Santiago pede a fala e dá as últimas considerações. Diz que quando se fala sobre a sobreposição, entende que não é de dois parques, e sim de um parque e uma APA. Fica exposto que a própria FF entende que uma APA não é uma UC eficiente e que há dificuldade de execução de programas, mas que estes estão previstos no PM da APAMLN. Diz que o parque tem que complementar a APA, e não o contrário, por isso reitera a aprovação do PM primeiro. Reitera também a importância dos processos participativos e que seja concluído o PM antes de seguir com outro processo. Diz que não tem tempo hábil em termo de processos e pede que o CG da APAMLN se manifeste em relação a este pedido. A reunião é encerrada pelo Márcio (APAMLN).